



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA (UNILAB)
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO (PROGRAD)
INSTITUTO DE HUMANIDADES (IH)
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES (BHU)**

ELVIRA MARIA DE VASCONCELOS MESQUITA

**PARTICIPAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DA MULHER NA POLÍTICA DE
BARREIRA – CE - (1987-2020)**

REDENÇÃO – CE

2021

ELVIRA MARIA DE VASCONCELOS MESQUITA

**PARTICIPAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DA MULHER NA POLÍTICA DE
BARREIRA – CE - (1987-2020)**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao curso de Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades (BHU), vinculado ao Instituto de Humanidades (IH), da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), como requisito final para a obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Orientador: Prof. Dr. Arilson dos Santos Gomes.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Arilson dos Santos Gomes
(Orientador / IH UNILAB)

Prof^ª. Dr.^a Jacqueline Britto Pólvara
(Examinadora / IH UNILAB)

Prof^ª. Dr.^a Vera Rodrigues
(Examinador / IH UNILAB)

REDENÇÃO – CE 2021

DEDICATÓRIA

Ao meu marido Francisco Silveira, que além de cuidar da manutenção do lar enquanto eu permanecia ocupada com este projeto, foi capaz de me incentivar todos os dias. Grata por me ajudar a realizar este sonho.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me dado sabedoria, força, e orientação neste momento que deixou de ser um sonho para tornar-se realidade, sem ele nada seria possível!

Aos meus filhos, Elton, Edson e Hellen que me incentivaram nos momentos difíceis a compreenderem a minha ausência enquanto me dedicava à realização desse trabalho,

Aos meus amados netos e em especial ao Gustavo, que sempre teve o interesse de saber quando a “vóvira” iria terminar a faculdade.

Ao meu irmão Hélio Severiano, que contribuiu fazendo a revisão ortográfica, doando seu precioso tempo e se dedicando de forma voluntária ao meu projeto.

À minha irmã Ligia Maria, que além de me incentivar, fez pesquisas na internet, buscando universidades e cursos que fossem mais apropriadas ao meu perfil.

A minha companheira de turma e grande amiga Larissa Emily, que ajudou tanto na convivência em um ambiente totalmente juvenil, como no auxílio com a informatização.

A minha generosa e grande amiga Giselda Julião por sua generosidade e presteza, provendo os meios necessários para a execução desse projeto...

Ao meu amigo Reginaldo Rodrigues que foi o primeiro, a saber, do meu ingresso na universidade e me apresentou com um kit escolar. (Caderno, canetas, lápis e borracha)

Ao professor Bernardo que me incentivou a voltar a estudar e a enfrentar todas as etapas para me tornar acadêmica.

Ao meu estimado professor Dr. Arilson dos Santos, meu orientador, que com muita paciência desempenhou tal função com muita dedicação, sabedoria e amizade.

Também quero agradecer a universidade federal UNILAB e ao seu corpo docente que demonstrou estar comprometida com a qualidade e excelência de ensino.

RESUMO

O Presente trabalho parte da reflexão sobre a experiência feminina na política, levando em considerações as lutas estratégicas e todos os movimentos de mulheres no cenário brasileiro. Então esse projeto teve como objetivo compreender a baixa representatividade da participação das mulheres no poder executivo e no poder legislativo no município de Barreira-Ce. Além disso, verificou-se como as diferenças entre gênero, discriminação, preconceito e machismo pode impedir as mulheres de chegar aos postos de poder e de participar completamente da política formal e terem seus direitos efetivados como garante a Constituição Federal. Deste modo, para o desenvolvimento da pesquisa, utilizou-se dos conceitos de autores e autoras sociais como a Antropóloga Karina Kuschnir (2007) e o historiador René Rémond (1997), pois ambos reconhecem a política como um movimento histórico que dialoga com outras ciências sociais. Nessa mesma linha as historiadoras Michelle Perrot (2007), Joan w Scott (1995), as antropólogas Miriam Pilar Grossi (1998) e Lélia Gonzales (2020) e a filósofa Simone de Beauvoir (1989) compreendem gênero, mulher e feminismo como sinônimo de luta, conquistas e de crença na capacidade de liderança em qualquer atividade, seja intelectual, política ou social, em que a mulher esteja inserida. Por fim, esse projeto de pesquisa utilizou-se da metodologia qualitativa exploratória. Como metodologia será utilizada entrevistas na coleta de informações direta e as fontes foram embasadas em dados bibliográficos, artigos, revistas, a fim de analisar os desafios e as resistências das mulheres na busca pela equidade de gênero.

Palavras-chave: Política, Representatividade, Mulher, Gênero, Movimento Feminista.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO TEMÁTICA.....	6
1. DELIMITAÇÃO	9
2. JUSTIFICATIVA.....	11
3. OBJETIVO GERAL.....	15
4. OBJETIVOS ESPECÍFICOS.	15
5. PROBLEMÁTICA.....	15
6. HIPÓTESES.....	15
7. REVISÃO BIBLIOGRAFICA.....	16
8. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	20
9. METODOLOGIA E USO DAS FONTES	25
10. CRONOGRAMA (2021)	26
11. REFERÊNCIAS.....	27
12. ANEXO	30

1. APRESENTAÇÃO TEMÁTICA

O presente trabalho refere-se à participação da mulher na política brasileira conforme o princípio constitucional de igualdade e tem o objetivo de entender o acesso da mulher na política e destacar a igualdade de gênero, com enfoque nas eleições municipais de Barreira - CE. “A busca pela participação efetiva da mulher na política brasileira, passou por diversas fases ao longo do tempo, sendo desde o início, uma busca pelo alcance da condição de sujeito, não apenas político, mas também social e econômico” (OLIVEIRA, 2013). A participação feminina na política brasileira vem sendo compreendida como um importante meio para a consolidação da democracia brasileira e para o alcance da igualdade de direito (SOW, 2010 e VAZ, 2008)

Assim, Matos (2010) expõe que a ausência da mulher no espaço formal da política brasileira pode produzir impactos profundos na consolidação da cidadania e da democracia que ainda é marcada por profundas disparidades no que se refere à representação entre homens e mulheres, além de outras disparidades como, por exemplo, entre brancos e negros, o que não é objeto dessa pesquisa.

A partir de estudos acerca da temática, podem ser definidos três momentos de grande relevância para a participação da mulher na política do Brasil: o primeiro momento deles trata-se da conquista do direito ao voto, ocorrida em 1932, fruto de um intenso movimento das mulheres iniciado em 1919, conhecido como movimento sufragista; o segundo momento refere-se ao movimento feminista iniciado na década de 70 através do qual a mulher luta por direitos mais amplos, inclusive voltados para a democratização do país; o terceiro momento foi à constituição de 1988, através da qual se conquistou diversos direitos bastante significativos representados pelas seguintes legislações: lei n° 9.029/95, que proibiu principalmente a exigência de atestados de gravidez e de esterilização para admissão ou permanência de vínculo empregatício, lei n° 10.224/2001 que dispõem acerca do assédio moral, lei n° 11.340/2006 que cria mecanismo para coibir os atos de violência contra a mulher e a lei n° 10.406/2002, que representa o novo código civil de acordo com (SOW, 2010)

[O novo código civil] exclui da norma jurídica a chefia masculina da sociedade conjugal, o pátrio poder e administração dos bens do casal pelo marido, inclusive dos particulares da mulher, a anulação do casamento pelo homem por motivo do conhecimento da defloração da mulher antes do matrimônio e a deserdação da filha desonesta que vivia às expensas paternas. Também introduziu o poder familiar compartilhado; permitiu ao homem adotar o sobrenome da mulher e estabeleceu que a guarda dos filhos passasse a ser do cônjuge com as melhores condições para exercê-la (2002, p. 342-349)

Sabe-se que a luta das mulheres brasileiras pelo direito ao voto teve início em 1891, quando foi rejeitada a proposta de emenda à constituição, prevendo o direito de voto a mulher, mas essa conquista foi assegurada as mulheres casadas com permissão dos maridos, e às viúvas e solteiras que tivessem renda própria (SOW, 2010). Então, só em 1943, as restrições ao voto feminino foram eliminadas do código eleitoral, embora a obrigatoriedade do voto fosse um dever masculino. Na constituição de 1946 a obrigatoriedade do voto foi estendida as mulheres (TSE, 2013). É válido então aqui mencionar a primeira eleitora do Brasil que, com advento da lei nº 660 de 25 de outubro de 1927, alistou-se aos 29 anos de idade, Celina Guimarães Viana, professora, nordestina, nascida em Mossoró-RN, que foi o primeiro estado a estabelecer que não existisse distinção de sexo para o exercício do sufrágio. Assim, foi incluído o nome dela na lista dos eleitores e teve uma grande repercussão mundial por se tratar da primeira eleitora no Brasil e na América latina.¹

Após 88 anos da conquista do voto feminino no Brasil, o país ainda está entre os piores em representatividade feminina. De acordo com dados do Banco Mundial em novembro de 2018², o percentual de mulheres em legislativos nacionais era de 13% a 23% em 20 anos entre 1988 e 2018, com isso a mulher começa sua trajetória apoiada nos seus direitos em políticas públicas que vem ao encontro de suas necessidades físicas, morais e intelectuais (GROSSMANN, 2014, p. 247), referindo-se à participação das mulheres, apontam que “a participação das mulheres na efetivação de uma nova cidadania mais inclusiva e humanitária é uma busca pela participação feminina em todos os setores da sociedade, principalmente nas tomadas de decisão relacionadas ao legislativo”.

À participação feminina na vida pública, que vem se desenvolvendo muito lentamente no decorrer da história, ganha relevo, devendo também passar por uma reformulação dinâmica capaz de garantir a participação plena da mulher na formação cidadã do século XXI. (GROSSMANN, 2014, p. 252)

É notória a busca de espaço para a participação feminina nas tomadas de decisão, na atuação citada, na contribuição que a mulher pode oferecer aos mais diversos setores da sociedade. A história da mulher foi marcada por uma série de movimentos feministas e segundo a autora Miriam Pillar Grossi em seu artigo “Identidade de gênero e sexualidade”, fala dos movimentos sociais de 1968, ano em que aconteceram as revoltas estudantis de maio em Paris, a Primavera de Praga na Tchecoslováquia os blackpanthers, o movimento hippie e as lutas contra a guerra no Vietnã, nos Estados Unidos e a luta contra a ditadura militar no Brasil.

¹Disponível em: www.tse.jus.br. Acesso dia 05/09/2020

² Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/07/politica>. Acesso dia 05/09/2020

Esses movimentos em todo o mundo buscavam por uma vida melhor, mais justa e igualitária, é então nesses movimentos libertários que surgiu a problemática de gênero, as mulheres observaram que militavam em mesmas condições de igualdade com os homens. Mas o papel das mulheres era secundário e raramente eram chamadas para falar em público, suas tarefas eram de secretarias e de ajudantes para fazer faixas e entregar panfletos. Assim, foi nos anos 90 que aconteceu a terceira onda feminista, com o termo de intersexualidade, surgido para referir-se às diversas formas de opressão que a mulher pode sofrer em função de raça, classe, comportamento ou orientação sexual (VAZ, 2008). Esses movimentos buscavam alcançar direitos iguais para homens e mulheres diante da completa desigualdade em que as mulheres se encontravam em todas as áreas sociais, daí surgem à necessidade de conceder mais poderes às mulheres, é o que chamamos de “empoderamento feminino”. Este empoderamento nada mais é do que a busca para alterar o conceito de que as mulheres estão sempre em submissão, fragilidade e irrelevância perante a sociedade dominada pelo sexo oposto.

De acordo com Matos (2009, p. 2), “são muitas as pedras no caminho” e elas tem influenciado o “jogo” político-democrático brasileiro na direção do exercício político por regras e atores majoritariamente masculinos. Nesse aspecto, é importante destacar que o trabalho de reprodução da dominação masculina se mantém garantido historicamente pelo papel das instituições família, igreja e escola. Contudo, tem uma ação que se destaca após a Constituição de 1988, que é a lei de cotas por sexo, que se constitui como uma ação afirmativa. Segundo Vaz (2008, p. 36), “as ações afirmativas são consideradas políticas públicas, pois estão vinculadas à legalização de mecanismos que consigam interferir na sociedade fazendo com que os excluídos tenham acesso ao ambiente social, político e econômico”.

A ação afirmativa refere-se a uma política corretiva, que pode ser de caráter público ou privado, voluntária ou compulsória, que busca, principalmente, a diminuição de algum tipo de discriminação e conseqüentemente o alcance da igualdade de direito (VAZ, 2008). A política de cotas foi legitimada em âmbito mundial a partir da conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) ocorrida em 1995, possibilitando à implantação de tais ações em diversos países do mundo que contavam com representantes neste evento (VAZ, 2008).

No Brasil, a política de cotas é um assunto que sempre suscitou grandes discussões, representada por pessoas favoráveis e outras explicitamente contrárias às medidas dessa natureza. Tal discussão intensificou também em 1995 quando a deputada Marta Suplicy do Partido dos Trabalhadores (PT) apresentou o projeto de lei propondo a adoção de cotas mínima de 30% para a candidatura de mulheres no legislativo (VAZ, 2008). Este projeto não foi aprovado, mas, após intensas discussões e propostas de projetos semelhantes, em setembro de 1997 é aprovada a lei de

cotas, que passou a compor a nova legislação eleitoral, sendo aprovada uma cota mínima de 30% e máxima de 70% para qualquer um dos sexos. Essa cota significaria a necessidade de preenchimento de vagas de candidaturas nos partidos políticos por mulheres (VAZ, 2008).

Mesmo diante as dificuldades da participação das mulheres na política brasileira, tivemos a economista filiada ao partido dos trabalhadores (PT) como presidenta do país Dilma Vana Rousseff, com seu mandato de 2011 até 2016 quando foi destituída de seu posto por meio de um processo de impeachment. Outras mulheres se destacaram também na política como a Benedita Sousa e Silva que foi governadora do Rio de Janeiro e atualmente é deputada pelo partido dos trabalhadores (PT), Roseana Sarney foi governadora pelo partido da frente liberal (PFL) no Estado do Maranhão, Iêda Crusis foi governadora pelo partido da social Democracia Brasileira (PSDB) e a última mulher governadora no Brasil foi a Pedagoga Fátima Bezerra que terá seu mandato até 2023 no Rio Grande do Norte pelo partido dos trabalhadores (PT).

Portanto, esse trabalho atuará na análise da sub-representatividade das mulheres na política, na busca pela garantia da igualdade de gênero como instrumento da efetivação da democracia, levando-se em conta o princípio de que homens e mulheres são iguais perante a lei garantindo assim a contribuição feminina nas tomadas de decisões no município de Barreira - CE.

2. DELIMITAÇÃO

O município de Barreira fica localizado na Macrorregião do Maciço de Baturité e Mesorregião do Norte Cearense a 75 km da Capital Fortaleza. Este município apresenta uma população, segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia Estatística), de 22.425 habitantes, sendo a população masculina de 9.736 e feminina de 9.838 e desse total de habitantes 8.628 são eleitoras mulheres o que corresponde a (53,53%) e os eleitores masculinos são 7.489 que corresponde a (46,74 %) a referida informação nos leva a fazer uma reflexão crítica acerca da atual situação política do município. O número de mulheres no meio eleitoral é muito inferior para uma efetiva representação política de seus interesses. Os números obtidos na última eleição do Estado do Ceará são exemplos do que afirmo, conforme determinada a lei 9.504/1997, o mínimo de 30% e o máximo de 70% das vagas é destinado a mulheres conforme já foi mencionado acima. Em 2016, nos 184 municípios do Estado do Ceará, considerando todos os cargos (prefeito, vice-prefeito e vereador), somente 33,15% dos postulantes são do sexo feminino, de acordo com informações do TRE-CE (Tribunal Regional Eleitoral do Ceará) e foram escritos para as eleições 14.591 candidatos, dos quais 4.516 são mulheres e 10.076 são homens, em 2020 dos 19,141 candidatos ao executivo somente 2.496 são do gênero feminino.

O sexo masculino domina a disputa com 69,05% de representatividade, no município de Barreira - CE não foi diferente, de 62 candidatos ao cargo de vereadores apenas nove eram mulheres e 43 (quarenta e três) eram homens o que representa menos de 15% das candidatas mulheres. O que colaborou para se conseguir preencher as 11 cadeiras da Câmara Municipal e nenhuma mulher candidatou-se para o cargo executivo. Assim, essas informações reforçam a falta de representatividade das mulheres nos cargos eletivos do município. É importante ainda acrescentar que as mulheres são mais da metade da população brasileira, representam 51% e já estudam mais do que os homens, mas ainda têm menos chances de empregos e de exercer cargos públicos na política (O GLOBO, 2018). O exemplo mais recente de que existe uma grande diferença de sexo são os dados informados pelo TSE (Tribunal Superior Eleitoral) que informa que dos 1.680 cargos eletivos nas esferas federais e estaduais as mulheres ocupam somente 251 vagas.

Nos municípios a estatística é ainda pior, menos de 12% de mulheres ocupam prefeituras. A queda do número de prefeitas foi em âmbito nacional, em mais de 5.000 municípios, só 641 são chefiados por mulheres. O reflexo de tudo isso é que a cada 10 municípios, somente um é administrado por mulher. Diante do exposto acima, faz-se necessário uma análise criteriosa da pouca representatividade das mulheres na política partidária tendo em vista que as mulheres são a maioria da população e a maioria do eleitorado. O município de Barreira – CE teve sua emancipação do município de Redenção em 1987 e no ano seguinte em 1988, aconteceu a primeira eleição do município, desta data até as últimas eleições em 2020, somente 04 (quatro) mulheres foram eleitas ao cargo de vereadora, sendo elas: Lucia Maria de Lima de Araújo do partido movimento Democrático Brasileiro (MDB) no ano de 1988 – 1991, Regina Célia Rodrigues da Silva do partido Social Progressista Brasileiro (PSDB) com dois mandatos em 1992 – 2000, Francisca Bernardo da Silva do partido da frente liberal (PFL) em memória no ano de 1996 – 2000 e Maria José de Jesus Lima do partido Humanista da Solidariedade (PHS) com coligação ao partido Socialista Democrático (PSD) no período de 2000 – 2004.

Desde o ano de 2005, nenhuma mulher conseguiu eleger-se para ocupar as cadeiras da câmara municipal, convém reiterar que há quinze anos só os homens têm o privilégio de ocupar as 11 vagas do legislativo. Convém observar que nenhuma mulher foi candidata ao cargo executivo. Assim, da emancipação do município de Barreira-Ce em 1987 até as últimas eleições em 2020, apenas homens candidataram-se e elegeram-se no município, sendo eles: José Boanerges de Oliveira Jacó (1988 – 1991), Glicério de Moura Junior (1992 – 1994), José Bernardo de Araújo Torres (1995),Ernani de Almeida Jacó (1996 – 1999), Valderlan Fachine Jamararu,(2000 – 2008),Ricardo Wagner Walter de Aguiar (03/2008) Antônio Peixoto 6 Saldanha (2009 – 2016) e Antônio Alailson Oliveira Saldanha (2017 – 2020).

Este recorte é até 2020 em virtude das eleições ocorridas nesse ano, no qual três candidatos pleitearam ao executivo do município, o prefeito Alailson Saldanha, que concorria a reeleição, obteve 6.356 (43,78%) dos votos; o Professor Bernardo obteve 557 votos (3,84%); a primeira mulher candidata ao executivo ganhou as eleições com 7.604 (52,38%) dos votos que foram anulados porque sua candidatura foi deferida sub judice. Entretanto, o candidato Alailson Saldanha não pôde assumir, mesmo tendo ficado em segundo lugar, por não alcançar mais de 50% dos votos válidos, o que levou o presidente da câmara a assumir a prefeitura interinamente até as eleições complementares. Então, o esforço pela quebra da hegemonia masculina com a vitória da Dra. Auxiliadora Bezerra Fechine Jamacaru, se transformou na continuação do protagonismo sexista.

Além disso, se considerarmos que onze cadeiras compõem a câmara municipal desde sua emancipação de Redenção - CE, em relação ao poder executivo apenas uma mulher concorreu as eleições nesses trinta e três anos e nove prefeitos assumiram o poder executivo tendo em vista que dois tiveram seus mandatos cassados. Dito tudo isso, confirma-se a desproporcionalidade da participação da mulher na política local.

3. JUSTIFICATIVA

O interesse por essa pesquisa se dá pelo fato de as mulheres serem a maioria da população e do eleitorado e não terem uma efetiva representatividade há 33 anos no poder executivo e legislativo do município de Barreira - CE. Reconhecendo os avanços já obtidos acerca da participação feminina na política em âmbito de Brasil, observa-se que os ganhos não foram suficientes para o alcance da igualdade na política partidária do município. Percebe-se, dessa forma, um retrocesso com a exclusão da mulher e a dominação do homem no campo da política. Portanto, entender essa sub-representação poderá contribuir para diminuir tamanha desigualdade, valorizar as lutas e conquistas das mulheres, buscar a acima de tudo identificá-las enquanto sujeito e assim consolidar a democracia brasileira. Segundo o RBA (Rede Brasil Atual), de 15 de agosto de 2019, as mulheres representam 52,5%, totalizando 77,3 milhões ante 69,9 milhões de homens e, segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia Estatística), o número de mulheres é estimado aproximadamente em 100,5 milhões de habitantes, ou 51,5% da população.

Assim, observando esses dados, nos sentimos instigados a compreender a não representatividade das mulheres no poder legislativo e poder executivo do município de Barreira - CE. Além do que, se faz necessário lutar pelos ideais igualitários, para que assim cada vez mais, se tenha uma equiparação quantitativa entre homens e mulheres na política. Na atual conjuntura, despertar na sociedade uma dedicação maior para construir uma cultura baseada na cooperação, na

solidariedade e nos valores inegociáveis da democracia e da justiça social, faz-se necessário para formar no povo uma consciência de suas liberdades e de seus direitos fundamentais. Este projeto tem como propósito mostrar às mulheres a sua importância na política partidária e buscar a sua valorização em um cenário absurdamente masculino, diminuir o preconceito e desenvolver na mulher um espírito de conscientização baseado na importância do bom relacionamento humano, mostrar que a participação da mulher na política é a melhor forma de se auto afirmar contra qualquer corrente negativa de rejeição, desvalorização e insensibilidade. Focar na contribuição, participação e integração da mulher, possibilita o exercício da criatividade, na iniciativa da reflexão e da inventividade dentro da prática da cidadania.

Diante do exposto acima e observando as dificuldades ainda existentes por uma maior representatividade feminina na política partidária no Brasil, fui estimulada a fazer uma reflexão sobre os impasses encontrados na carência de mulheres na esfera política municipal em Barreira - CE. Então, decidi que minha contribuição seria essencial para despertar em outras mulheres o desejo de alcançar a igualdade de gênero, enfrentar as violências e as opressões históricas, além de incentivar a inclusão das mulheres em um universo machista, assim levando em consideração a importância do papel que a mulher pode desempenhar em cargos públicos e em especial na política, para construção de uma sociedade que seja inconformada com as desigualdades sociais.

Desde o ano de 2011 passei a morar no município de Barreira - CE, e logo comecei a me envolver na política, frequentando a Câmara Municipal, usando o plenário para reclamar e reivindicar o que julgava estar errado e uma das minhas chateações se sustentava na ausência da representatividade feminina naquela instituição pública conhecida como a casa do povo. Porém, percebi que não poderia ficar passiva e só agir como reclamante, foi aí que, nas eleições de 2016, resolvi candidatar-me para a vereança. Então, sem experiência e acreditando que boa vontade, boas propostas e levantar a bandeira da mulher seriam suficientes para me eleger. Porém, grande foi a minha surpresa por deparar-me com um universo absolutamente preconceituoso e machista de ambos os gêneros. Além de tudo percebi que a maioria das mulheres candidatas doava seus nomes apenas para preencher cotas de partidos, o que para mim foi uma frustração, pois essa atitude só dava autonomia aos homens que, por não ter fiscalização dos partidos, dividiam os recursos de campanha sempre privilegiando a si mesmos com a maior parte. Da mesma forma, a aceitação das companheiras me decepcionava a medida que contribuía para as velhas práticas políticas como a troca de favores e compra de votos que se tornou corriqueiras, totalmente absorvidas pelos candidatos e pelos eleitores. Infelizmente essas práticas do passado ainda são bem presentes nos dias de hoje. Embora houvesse em algumas companheiras o desejo de uma campanha limpa, percebíamos que para os homens essas práticas eram sinônimas de força e poder. Para resumir, sem

apoio financeiro, sem concordar com as práticas “naturais de uma campanha” não me elegi. Contudo, continuei acreditando na mudança e em 2020 fui candidata novamente, disputava uma cadeira na câmara municipal com 50 homens e 24 mulheres, pelo que pudemos perceber apenas cinco mulheres demonstraram desejo sincero de trabalhar pelo povo. Obviamente que, se em 2016, a velha prática política relacionada à ilegalidade quanto ao voto já era manifesta, em 2020 essa situação triplicou, o que resultou na derrota de todas as candidatas mulheres. Contudo, não posso deixar de registrar que por muitas vezes e principalmente nas grandes reuniões públicas tivemos o nosso direito de fala impedido, para que só os homens e aqueles já escolhidos para serem os futuros vereadores discursassem de forma calorosa a ponto de serem ovacionados pelo público presente. Não obstante a tudo isso, percebemos que sujeitos fora da política que não condiz com as boas práticas sociais participaram ativamente das eleições, tanto com contribuição financeira, como na intimidação do eleitor para votar em seus candidatos, fatos estes que não ocorreram só no município de Barreira. Conforme relatos, em muitas cidades brasileiras essa prática de troca de favores foi recorrente. Diante de tudo isso o resultado não poderia ser diferente, óbvio que as onze cadeiras continuam desde a emancipação de Barreira - CE, sendo majoritariamente masculina.

Dito tudo isso, vejo o quanto é importante destacar a relevância da Unilab para a escolha do meu projeto de pesquisa, já que a universidade assume um papel essencial no que se refere à inclusão de minorias e de formação de identidade cidadã, que nos permite ter uma vasta possibilidade de conhecimentos e nos faz ter uma nova leitura de interpretação do mundo. Além disso, a Unilab está inserida em um contexto muito maior quando observamos a grandiosidade dos benefícios que ela oferece ao Maciço de Baturité desde 2010, quando foi inaugurada pelo então Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva. Assim a Unilab criou um leque de oportunidades para jovens pobres oriundo das escolas públicas que não vislumbravam a possibilidade de uma formação superior em uma universidade federal.

Conforme a Lei 12.289, de 20 de julho de 2010, a Unilab não foi criada somente para ministrar o ensino superior e desenvolver pesquisas, também para contribuir na integração entre os países de língua portuguesa - CPLP e especialmente os países da África. Então, esse processo de fundar uma universidade federal no interior, além de trazer desenvolvimento econômico, político e social para os estudantes e toda região do Maciço de Baturité-Ce, foi muito apropriada à escola do município de Redenção que foi a primeira cidade do Brasil a abolir a escravatura, portanto merecedora de ser a primeira a ter um campus universitário enfrentando os desafios da internacionalização e da interiorização do ensino superior no Nordeste.³

³Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/lei/L12289.htm. Acesso em 20jun2020

Assim, a Unilab foi criada no contexto das ações afirmativas. Aqui se faz necessário citar a assistente social e ativista política brasileira Matilde Ribeiro, muito atuante no movimento das mulheres negras e ex-ministra da secretaria especial de políticas de promoção da igualdade racial. Matilde conseguiu convencer o presidente Luís Inácio Lula da Silva da importância das cotas raciais, trabalhou no campus do Malês no Estado da Bahia e hoje está lotada na sede da instituição em Redenção-Ce.

Outro nome importante a ser mencionado é da Nilma Nilo Gomes, pedagoga, brasileira, que se destacou por ser a primeira mulher negra a comandar uma universidade federal no Brasil, onde foi nomeada reitora da Unilab com uma posição especial contra o racismo, ocupou o Ministério das Mulheres, Igualdade Racial e dos Direitos Humanos.

Contudo, considero de importante relevância citar o projeto de extensão da Antropóloga, professora e Dra. Vera Rodrigues “Mulheres negras resistem: Protagonismo feminino, negro e nordestino”, esse projeto teve seu lançamento em maio de 2018, ano em que a vereadora socióloga e ativista Marielle Franco foi assassinada e o tema do projeto foi: Ideias são a provas de balas. Em março de 2019, aconteceu o segundo encontro e a terceira edição aconteceu em março de 2020, com o tema “Não mais vou lavar os pratos. Nem vou mais limpar a poeira dos móveis. Sinto muito. Comecei a ler” este é o início do poema da escritora e atriz Cristiane Sobral, o quarto encontro do projeto aconteceu em Abril de 2021 com o tema” Quem sabe de onde veio sabe para onde vai”. A importância desse projeto se dá por ser um processo teórico-político para mulheres negras é um trabalho de arte e educação criado a partir de história da vida pessoal de artistas que participam ou participaram do coletivo para escolas, comunidades negras e de mulheres em vulnerabilidade social (REVISTA BATUKO, 2020)

Então, nesse contexto, também me coloco como exemplo de uma minoria alcançada pela Unilab, quando depois de 35 anos sem comparecer a uma escola tive a oportunidade de voltar aos estudos, prestar o exame do ENEM e passar a fazer parte do grupo dos discentes de uma grande universidade que faz a integração com os países da África que falam a língua portuguesa e que utiliza a metodologia de interdisciplinaridade enriquecendo assim o nosso currículo com uma visão antropológica, sociológica e histórica. Então todas as rodas de conversas, seminários e debates aliados a excelência dos mestres. E de tanto ouvir falar em equidade de gênero, conquista de espaços e lutas por direitos despertou em mim a busca para entender o lugar da mulher no espaço cívico e político no município de Barreira - Ce

4. OBJETIVO GERAL

Compreender a pouca representatividade da participação das mulheres no poder executivo e legislativo de Barreira- Ce

5. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- A) Analisar como as diferenças de gêneros, motivados pela discriminação, pelo preconceito e pelo machismo, impedem a mulher de chegar aos postos de poder.
- B) Conhecer a importância dos movimentos sociais e do feminismo para a representação da mulher na sociedade e na política local e brasileira.
- C) Problematizar as experiências das mulheres no legislativo de Barreira-Ce.

6. PROBLEMÁTICA

Conforme o exposto, ao longo do século XX, mulheres em torno do mundo se organizaram no sentido de buscar maior igualdade de direitos ao mesmo tempo em que se desprendiam de opressões, privações e segregações a que eram submetidas, buscando acima de tudo se identificar enquanto sujeito. No que tange a participação da mulher na política brasileira, muitos são os obstáculos que ainda persistem. Então, por que a representação feminina é pequena nos quadros da política brasileira e em específico em Barreira – CE se o discurso da participação feminina nos espaços de poder é tão mencionado na atualidade?

7. HIPÓTESES

A história do movimento feminista nos mostra momentos importantíssimos na luta das mulheres pela busca de sua emancipação e das suas conquistas por direitos essenciais como ao voto e de poderem se candidatar a cargos eletivos. Entretanto, existem fatores que limitam e impedem a presença da mulher na política o que não é diferente em Barreira – CE e no país. Será que isso ocorre da mesma maneira em Barreira e no país? O machismo é o mesmo? Será então que, podemos destacar que a discriminação, o machismo, os preconceitos são fatores causantes da predominância masculina, que resistem em não aceitar a presença das mulheres no espaço de poder. Então, somadas, a elevada carga de trabalho com a tripla jornada, o caráter machista da sociedade e o domínio masculino nos partidos políticos, aliados a ineficiência do sistema brasileiro de cotas nas listas de candidaturas, a baixa locação de recursos nas campanhas das mulheres, a falta de punição dos partidos que não cumprem a legislação e a falta de campanha de conscientização são fatores que

contribuem para a pouca representatividade da mulher na esfera político-partidária brasileira. Vamos confirmar se isso tudo pode ser observado quando trazemos esse debate ao âmbito do município, em especial no município de Barreira CE que é objeto deste projeto de pesquisa.

8. REVISÃO BIBLIOGRAFICA

Para a revisão bibliográfica que irá fundamentar o presente trabalho, trazemos alguns artigos, teses, dissertações já publicadas que ajudarão a compreender a história conflituosa da mulher, para exemplificar, podemos elencar: Rita de Cássia Barbosa de Araújo, autora de “O voto de saias: a Constituinte de 1934 e a participação das mulheres na política”; publicado pela revista estudos avançados (2003) trata da participação política da mulher, no quadro das transformações trazidas pela Revolução de 1930, sobretudo, pela perspectiva da eleição da Assembleia Nacional Constituinte, em 1934. Nesse artigo a autora conclui que, os interesses pós-constituinte que resultou no direito aos votos das mulheres teve além da participação feminina, o interesse de intelectuais, políticos e religiosos. Assim, alguns clérigos e certas organizações religiosas (como a federação Pernambucana para o progresso feminino, a liga Eleitoral Católica e a Cruzada de Educadores Católicos) se interessavam pelo voto da mulher na medida em que as viam como representantes de valores religiosos e morais que poderiam ajudar a reformar o panorama político e também serviria para a Igreja Católica reaver espaços perdidos. Portanto essa demanda indicava uma nova percepção social sobre o eleitor que passou a ser identificado como indivíduo com expressão de vontade a ser assegurada, o que não acontecia no Império e na República velha, onde o eleitor era uma pessoa integrante de um corpo social que incluía laços de parentescos e relações de dependências.

Em seu artigo Mala Htun intitulado, “política de cotas na América Latina” (2001), problematizaram como pano de fundo o avanço na liderança das mulheres na América Latina, marcado pelo aumento do número de mulheres em cargos eletivos, pela adoção da política de cotas em muitos países e pelo crescimento do tema da igualdade entre mulheres e homens nos programas políticos, que analisavam a variação dos efeitos das políticas de cotas. Com isso, o autor conclui em seus estudos que para existir de fato uma eficácia no uso de cotas, as instituições eleitorais e os partidos políticos deveriam exigir dos legisladores que aumentassem a presença de mulheres nos parlamentos, tendo assim que acontecer uma reforma eleitoral ou que, a lei de cotas criasse mecanismos que compensassem o prejuízo causado pelo sistema eleitoral sobre as candidaturas femininas. O autor ainda concluiu que a lei de cotas deveria ser fechada para garantir a inclusão da mulher como obrigatoriedade, o que não ocorre no Brasil, que reserva 30% das vagas para mulheres, mas os partidos não têm de preencher essas vagas, o que para o autor é considerado como uma

grande desvantagem já que as mulheres são um grupo diverso, um grupo heterogêneo com diversas posições e sua luta não deve ser resumido apenas em um programa político.

Em seu artigo Cláudia Mancini Queda de Toledo e Neymilson Carlos Jardim em seu trabalho: “A baixa representatividade feminina na política brasileira” (2019), fazem uma análise da baixa representatividade feminina na política como um obstáculo a ser vencido na democracia brasileira. Sabe-se que é necessário discutir a paridade de gênero como uma estratégia para eliminar obstáculos existentes que impedem as mulheres de viver com igualdade no cenário político brasileiro. As mulheres são mais da metade da população brasileira, mas atualmente ocupa apenas dez por cento das Casas Legislativas em nosso país. Assim sendo, os autores analisaram o papel da mulher no cenário da política brasileira, bem como a importância da paridade da participação feminina no Congresso Nacional, e o ideal igualitário das mulheres na política do Brasil, no intuito de propor mecanismos para superação da desigualdade de gênero que prevalece na esfera política do nosso país. Diante do exposto, os autores concluíram que para se falar em avanço democrático é preciso eliminar a baixa representatividade feminina no Congresso Nacional, em suas mesas diretoras, nas comissões e nas estruturas partidárias, então só assim poderia ter uma igualdade de gênero e a democracia teria um avanço e a mulher deixaria de ser apenas um símbolo na política e com o estímulo ao empoderamento o sistema eleitoral seria fortalecido, promoveria, investiria, qualificaria a mulher para uma melhor representação nas casas legislativas nacionais. Para tanto, segundo os autores, seria preciso se pensar em medidas que sejam suficientes para eliminar a sub-representação da mulher na política, tendo em vista que o sistema de cotas adotado no Brasil não está apto para combater a disparidade entre homem e mulher na política, o que representa um entrave na democracia.

Para Clara Araújo, em seu artigo “partidos políticos e gênero: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política”, publicado na Revista de Sociologia e Política em 2005, a autora propõe como objetivo discutir a intercessão entre gênero e partidos políticos no acesso das mulheres à representação política. Trata-se de modo mais específico, de um aspecto institucional, o sistema partidário, em sua relação com o sistema eleitoral e em seu desenho organizacional, procurando destacar pontos de mediação entre essas características e os padrões de inserção por gênero. Com isso, Clara Araújo conclui que, uma organização de mulheres faria diferença no sistema eleitoral e contribuiria para uma reflexão mais profunda acerca dos pontos positivos e negativos dos movimentos para inclusão feminina na política, corrigiriam as imperfeições da lei de cotas. Em linhas finais, para Clara não se pode apenas esperar a evolução histórica que acontece lentamente quando se quer instituir transformações tão grandes como criar um equilíbrio entre os gêneros e buscar mudanças na esfera cultural e social. Mesmo que em longo

prazo, essas atitudes cooperariam para o desaparecimento progressivo das diferenças e provocaria mudanças nos padrões mais arraigados de cultura e estrutura social.

Miriam Pillar Grossi e Sônia Malheiros Miguel no trabalho intitulado “Transformando a diferença: as mulheres na política” (2001), explicam que o texto nasceu tendo como linha as falas das participantes do Seminário Mulheres na Política, Mulheres no Poder, resgatadas das notas taquigráficas transcritas pelo Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação, da Câmara dos Deputados. É, portanto, em sua essência, um texto plural. Nele, as vozes de muitas mulheres, e de alguns homens, refletem sobre os desafios do "fazer e ser" no espaço da política. O seminário teve como proposta avaliar as primeiras experiências com a política de cotas (implantada a partir das eleições de 1996) e pensar outras estratégias para o empoderamento das mulheres. Por isso, observa-se a importância dessa obra pela busca da garantia de igualdade de gêneros como instrumento da efetivação da democracia que só existirá de fato se as mulheres estiverem mais representadas no cenário político e com isso tornar a nossa sociedade mais igualitária, justa e inclusiva.

Em seu trabalho de dissertação de mestrado Antônia Eudivania de Oliveira Silva, com o título “Entre gêneros e ação política: narrativas de mulheres parlamentares do Cariri cearenses” (2015) traz na investigação a luta de mulheres no legislativo em três cidades da região do Cariri cearense, espaço esse onde o domínio da ação masculina marca historicamente a vida política da região, ao longo do trabalho é possível perceber que o fator que compelia a mulher a ficar distante do campo político acabou se tornando o elemento agregador para o sucesso destas, onde as barreiras políticas foram vencidas e as suas qualidades femininas fizeram a grande diferença para superar tais barreiras. Como resultado, a pesquisa contribuiu para identificar que as mulheres do Centro Sul do Ceará, estavam capacitadas para ocupar cargos políticos a partir da sua própria condição de gênero, acreditando em suas qualidades femininas, reinventando-se e agregando valores a elas mesmas e aos setores onde estão inseridas, criando novas expectativas podendo assim fazer toda diferença na política servindo suas comunidades.

No Estado do Ceará encontramos trabalhos que discorreram sobre o papel da mulher na política. No primeiro trabalho de dissertação, Rebeca do Nascimento Coelho intitulado “Contextos de Participação Política de Mulheres: As candidaturas das prefeitas Maria Luiza Fontenele (1985) e Luizianne Lins”, (2004) defendido no ano de 2014, a autora analisa a participação política de mulheres tendo como contextos as candidaturas de Maria Luiza Fontenele, em 1985, e Luizianne Lins, em 2004, para a Prefeitura de Fortaleza. É importante ressaltar que o trabalho em questão contempla momentos diferentes do cenário na política nacional, em 1985, quando tínhamos uma democracia que se iniciava após 21 anos de Regime Militar. E em 2004, período em que temos uma democracia consolidada quanto às garantias eleitorais.

Ainda no Ceará, outro trabalho nos chamou a atenção foi o de iniciação científica de Sarah Luiza de Souza Moreira: “Lugar de mulher é na história política do Ceará” (2007). Nele a autora retrata a participação política das mulheres para a compreensão dos dias atuais, em especial pelo crescimento desta participação e da visibilidade política de algumas mulheres. A última eleição realizada na cidade de Fortaleza mostrou claramente tal visibilidade e aceitação, elegendo para o cargo de prefeita a candidata Luizianne Lins, do Partido dos Trabalhadores (PT), além de ter Nelba Fortaleza como vereadora eleita com o maior número de votos. Débora Soft, a candidata que mais polemizou, não pôde passar despercebida por nenhum eleitor fortalezense. Neste contexto, o trabalho se propôs a fazer o resgate histórico das mulheres e de sua atuação nos espaços institucionais da política cearense, na tentativa de seguir os passos que as mulheres cearenses deram, ao longo de sua história, ao encontro da política. E mais do que isso: dar nomes a elas como uma forma de reforçar a existência e a importância destas para a História do Ceará, ou seja, para fazer com que elas deixem de ser “excluídas da História”, como as considerou Michelle Perrot. Assim, a autora conclui que as mulheres contribuíram para mudar os rumos políticos e sociais com sua participação na política institucional. Contudo, ainda não tem reconhecimento e seus nomes passam despercebidos nos relatos e na História oficial do Estado do Ceará, o que estimulou a Sarah dá a ponta pé inicial no registro da história das (dos) excluídas (dos).

Em seu trabalho “Corpo, poder e dominação: um diálogo com Michelle Perrot e Pierre Bourdieu” (2003), Deborah Thomé Sayao procura estabelecer um diálogo entre algumas obras de Michelle Perrot e de Pierre Bourdieu (2003) buscando focalizar três temáticas que perpassam suas análises denominadas aqui como: corpo, poder e dominação. Mesmo ciente das diferenças teórico-metodológicas que configuram as pesquisas de Perrot e Bourdieu (2003) é possível pensar a partir deles e numa perspectiva de complementaridade a educação, a escola e o papel que exercem na vida contemporânea. Deve-se salientar que o texto tem a pretensão de elaborar argumentos que admitam visibilidade às diferenças, às hierarquias e às violências que configuram as relações de gênero em diversos contextos da vida social. Para promover o diálogo, a autora busca apoio nos Estudos de Gênero e em algumas abordagens da Teoria Feminista. Com isso a autora conclui que para desmistificar todas as formas de opressão e violência vigentes no mundo atual, sejam elas quais forem, diferenças de classes, de gêneros, de raça ou de geração, devem iniciar nos ambientes educacionais, buscando formas mais democráticas de ver as relações e as experiências dos sujeitos homens e mulheres. Desta forma, corpo, poder e dominação podem ser categorias discutidas nesses ambientes, possibilitando criar relações igualitárias no cotidiano das instituições educacionais, desde a educação infantil até a universidade.

No artigo de Celi Pinto (2010) a autora faz uma reflexão sobre “mulher e Poder”. Ela questiona qual tipo de mulheres queremos na política. Ela indaga se as mulheres que estão engajadas na política estão realmente comprometidas com as questões dos movimentos feministas ou com qualquer outra causa social, ou se os seus propósitos são alheios às questões das minorias no processo de inclusão e na luta por direitos iguais ou apenas fazem parte de uma estatística de que as mulheres estão representadas na política brasileira.

9. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A mulher sempre teve um papel secundário na vida política e social e ainda hoje sofre discriminações ao tentar ocupar um espaço público, ficando assim, algumas vezes, restrita ao espaço privado como o lar e seus afazeres domésticos (PERROT, 2003). Diante disso, essa pesquisa observa e reconhece os avanços na condição da mulher na vida política, mas grandes são as persistências de barreiras para efetivação de tal participação.

O presente projeto terá sua base científica na Antropologia política, na história política, na sociologia política, além da interdisciplinaridade. Buscando como os atores sociais compreendem e experimentam a política. Então, ao observar como Karina Kuschinir em seu livro “Antropologia da Política” (2007) compreende a existência de dois pressupostos a serem pontuados para o entendimento da colaboração da Antropologia na política, identifica-se primeiramente que as pessoas têm percepções distintas da realidade e seus comportamentos devem ser estudados, obviamente em contextos diferentes, e o segundo pressuposto é que a política precisa ser investigada de forma diferenciada.⁴⁵ A autora ainda esclarece que a Antropologia política é diferenciada da Antropologia da política. Para Karina política é apenas um adjetivo, enquanto a Antropologia da política deve ser entendida como um objeto de pesquisa e que a percepção dessa diferença deve ser uma preocupação de todos os antropólogos para não confundirem os dados do material etnográfico com a posição ideológica dos pesquisadores. Ainda pesquisando outros Antropólogos como Marcos Otavio Bezerra “Corrupção” (1995), “Bases Sociais da Prática da corrupção no Brasil” (1994), Carla Teixeira “A honra da política” (1998), Christine Chaves Festas da política uma Etnografia da modernidade no sertão 2003), todos estes autores investigaram a política dentro e fora do período eleitoral e examinaram que as trocas feitas a partir das relações pessoais por vezes se transformaram

⁴ A Professora Karina kuschnir, além de Antropóloga, mantém um blog intitulado desenhos, textos, coisas, com assuntos cotidianos. A professora elabora um calendário anual, pintado em aquarela abstrata onde cada mês tem um texto relacionado a um tema e a sua arte e ainda dedica seu tempo a escrever livros infantis e artigos acadêmicos.

em corrupção, combinando assim com o funcionamento das instituições políticas que passam pelo fluxo de trocas, criando o clientelismo, através do qual os políticos privatizam os bens públicos, deixando muitos sem acesso a esses serviços que são monopolizados pelas elites econômicas e controladas pelas autoridades em nossas cidades. Nesse aspecto, é importante destacar como Rémond (1997) percebe a trajetória da política e as classifica em três momentos sucessivos; no primeiro, mostra que a História política teve sua glória no século XIX, quando houve um despertar pelo nacionalismo, em segundo momento essa história foi desprezada na Escola dos Annales. Então em um terceiro momento privilegiara a análise dos fenômenos coletivos dos grupos e das formas de organização econômica e social. O autor conclui que depois de aproximadamente vinte anos essa história foi recuperada quando surgiram novas orientações e novas tendências, utilizando métodos e objetivos de investigações que dialogavam com outras ciências sociais. No entanto, isso não se tornou um modismo social, já que a história política surgiu por meio das especificidades históricas dos estudos e baseava-se pelo desenvolvimento das políticas públicas, mostrando assim que a política não estava resumida só ao Estado, mas as massas e as organizações da sociedade civil. O exemplo do movimento reivindicativo por direitos de participação das mulheres na vida pública Rémond (1997), reconhece o peso do estado na história política, mas admite a destruição do político quando reconhece a importância da opinião pública, das eleições, das organizações não governamentais, dos partidos políticos, da linguagem das relações internacionais campos mais recentes da investigação da História. O autor ainda cita outro exemplo que é a mídia como um instrumento da política que age com posturas tendenciosas em suas informações aderindo ao jogo dos poderosos, assim influenciando indivíduos e causando mudanças sociais, econômica e política. Dessa forma Rémond (1997) afirma que a história política renovada não seria parte de uma história total. Inclusive nessa história total, é interessante destacar que as mulheres foram silenciadas e obstáculos ainda persistem a cerca das possibilidades de sua participação na vida pública.

No entanto, a contribuição da historiadora Michelle Perrot (1991) foi fundamental para o debate contra o preconceito e o machismo estrutural quando ela expõe suas experiências e destaca a história da mulher na cidade, sua história de luta e aventuras, os direitos civis, sociais, políticos e a luta contra o patriarcado e afirma que a paridade deveria tornar o mundo mais paritário, ou seja, com uma divisão mais equilibrada do tempo, das tarefas e dos papéis entre homens e mulheres, a autora afirma que essa luta deveria estender-se a família, ao trabalho e ao poder. Então, só assim existiria mais justiça e melhor equilíbrio, diminuindo as desigualdades setoriais, abrindo possibilidades para o estudo da história das mulheres e do gênero. Por tudo isso se compreende que a construção da história das mulheres depende delas próprias, para isso o ponto de partida pressupõe certa autonomia e acesso a cultura.

Conforme o exposto acima, este trabalho usufruiu das contribuições da Antropologia, da história e da sociologia para a compreensão da política não só como Estado, mas observando o quanto cada disciplina pode através de suas metodologias contribuir para o entendimento desse objeto de pesquisa. Assim sendo, segundo Fernando Nogueira (2018),

A Antropologia da política desenvolveu em seus primórdios fora do marco do Estado, então se faz necessário buscar conhecimentos para pensar a política num contexto brasileiro, no qual foi observado que o Estado tem a pretensão de impor a representação dominante.

A Antropologia da política contribuiu com pesquisas etnográficas e nos deu condições sobre as formas de examinar os passos da política, seus agentes e suas instituições com os movimentos sociais como a violência, a família e parentescos e as relações pessoais.⁶ Assim como a História possibilitou no fim do século XX uma nova corrente de estudos históricos que buscou trabalhar a história política como relações de poder e como uma corrente de desenvolvimento no âmbito social, econômico e cultura. Já na sociologia política, existe também uma reflexão sobre o poder, o Estado e dever político (FNDE). Enfim, a sociologia estuda as bases sociais da política e vê reciprocidade na política e sociologia na dicotomia Estado-Sociedade.⁷

A interdisciplinaridade é um processo comum entre disciplinas que produzem conhecimentos e que neste trabalho mostrou-se coerente com o pensamento interdisciplinar, pois ao entrelaçar o tema política nas distintas disciplinas a pesquisa contribuiu para somar conceitos, cadeia de valor, ambiente político e produziu informações interessantes, semelhantes e úteis para este trabalho. Por isso, a importância da interdisciplinaridade é dar fundamento ao ensino da pesquisa contemporânea, trazendo várias combinações de ideias, ou seja, a pluralidade típica das ciências sociais para a realização de pesquisas sempre com o mesmo objetivo de promover interpretações sobre a realidade social na qual as pessoas vivem.⁸

Assim, podemos ainda citar que Gaudêncio Frigotto (2008) trata a interdisciplinaridade como uma necessidade e como problema. A questão da interdisciplinaridade ao contrário do que se tem enfatizado especialmente no campo educacional, não é, sobretudo, uma questão de método de investigação e nem de técnica didática, ainda que se manifeste enfaticamente neste plano. A questão da interdisciplinaridade se impõe como necessidade e como problema fundamentalmente no plano material histórico-cultural e no plano epistemológico. (Revista de centro de educação e letras, 2008)

Para entender como as desigualdades ocorrem, arrolamos alguns conceitos, levando em consideração a possibilidade de compreensão desses fenômenos à luz da historicidade.

⁶ DIAS DUARTE João de Azevedo, **Tempo e crise na teoria da modernidade** (2011, p.356)

⁷ . (sociologia-brasileirauol.com. br/sociologia/poder-político.htm)

⁸ (portalintercon.org. br/2015)

Para Joan W Scott (1986), o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseados nas diferenças percebidas entre os sexos, assim gênero é uma maneira primordial de significar relações de poder (SCOTT, 1986, p 167). Por outro lado, gênero também deve designar o próprio aparato de produção onde os sexos estão estabelecidos como resultados de produção, assim destaca Butler (2007). O gênero não está para a cultura como o sexo está para a natureza; Gênero é também os meios discursivos pelos quais a natureza sexuada, ou sexo natural é produzido e estabelecido como pré-discurso anterior a cultura uma superfície politicamente neutra na qual a cultura age. Esta produção de sexo como pré-discurso deve ser entendida como o efeito do aparato de construção cultural designada por gênero. Butler (2007 p 10).

Ainda, sobre o tema, destaca-se Simone de Beauvoir, que explica o gênero como algo constitutivo pela sociedade, ou seja, ser homem ou mulher não é um dado natural, mas algo performático e social. “Ninguém nasce mulher, torna-se mulher” (Beauvoir, 1989).

Segundo Miriam Grossi (1993) o conceito de mulher está colado, no ocidente, ao de sexualidade, o que promove uma imensa dificuldade no senso comum que se reflete nas preocupações da teoria feminista de separar a problemática da identidade de gênero e a sexualidade, esta última marcada pela escolha do objeto de desejo (Grossi, 1993 p 215-216). Nesse sentido, o feminismo vai tencionar a complexidade do fenômeno permitindo novas interpretações sobre o papel da mulher e a sua relação com a sociedade.

O feminismo é definido, conforme Myrea (1992), como “a crença de que as mulheres são seres humanos plenos, capazes de participação e liderança em toda a gama de atividades humanas- intelectuais, políticas, sociais, sexuais, espirituais e as mulheres são identificadas ou simbolicamente associadas à natureza em oposição aos homens que são identificados com a cultura. Uma vez que o plano da cultura sempre é submeter e transcender a natureza, se as mulheres são consideradas parte dela, então a cultura achará” natural subordiná-las para não dizer oprimi-las, (Mireya Soarez, 1992 p 6). Dessa forma é importante observarmos que segundo Beauvoir (1989), nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade: é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado, que qualificam o feminismo. (Beauvoir, 1949).

É inegável que o feminismo como teoria e prática vem desempenhando um papel fundamental em nossas lutas e conquistas, e à medida que, às novas perguntas não somente estimulou a formação de grupos e redes, também desenvolveu a busca de uma nova forma de ser mulher. Ao centralizar suas análises em torno do conceito do capitalismo patriarcal (ou patriarcado capitalista), evidenciou as bases materiais e simbólicas da opressão das mulheres, o que constituiu uma contribuição de crucial importância para o encaminhamento das nossas lutas como movimento. (Lélia Gonzalez, 2011, p 12-13)

Mas podemos refletir sobre o patriarcado desde a origem da política ocidental a exemplo dos gregos que colocavam a condição social e política da mulher da Grécia antiga com uma larga diferença dos direitos conferidos aos homens, as mulheres não eram consideradas cidadãs e do mesmo modo, ocupavam uma posição de inferioridade social em relação aos indivíduos do sexo masculino. Aliás, o status social da antiga mulher grega era condicionado pelo meio cultural e econômico em que ela estava inserida. Se para os gregos antigos e igualmente para Aristóteles, o homem estava num nível de perfeição superior ao lado da mulher devido a sua maior capacidade intelectual, física e deste modo, “espírita” nas sociedades modernas há tendência, ou melhor, dizendo, sintomas decorrentes de tal concepção, a inversão de valores a ideologia feminina.

Historicamente, esses sintomas ideológicos devem-se ao fato de que as mulheres conviveram em sociedades as quais eram em geral dominadas pelos homens. Como as divisões sociais destas civilizações davam-se de acordo com a ordem natural de cada indivíduo, as mulheres eram designadas prioritariamente à função materna, distanciando, assim, do trabalho braçal e intelectual exercido pelo homem. Esse sistema social e relação de poder colocaram a mulher num lugar subordinado como uma simples auxiliar do chefe da família. Contudo, sabe-se que atualmente essa situação mudou. A estrutura política e social se modificou e ainda, está se modificando. Não obstante, tais ideologias ainda existem. Contudo, Arendt defendia um conceito de pluralismo no âmbito político. Graças ao pluralismo, o potencial de uma liberdade e igualdade política seria gerado entre as pessoas, o importante para ela é a inclusão do outro, em seus trabalhos sobre filosofia existencial e sua reivindicação da discussão política livre (Arendt, 1993) tem um papel central nos debates contemporâneos como filósofa por suas discussões críticas ao filósofo Aristóteles. Podemos comprovar na reflexão, a qual o filósofo entende que a política impõe a necessidade do tempo livre e só os homens livres da necessidade poderiam se dedicar a mesma. A política é o lócus da persuasão e do diálogo entre homens livres. Onde fosse necessária a violência e outras formas de coerção, o poder político estaria ausente. (Aristóteles, 2002, p 45). Por outro lado, Arendt (1993) diz que a política surge não do homem, mas sim entre os homens, que a liberdade e a espontaneidade dos diferentes homens são pressupostos necessários para o surgimento de um espaço entre homens, onde só então se torna possível à política, a verdadeira política no sentido de liberdade. Graças ao pluralismo, o potencial de uma liberdade e igualdade será grande entre as pessoas, (Arendt, 1993 p 21,23). A partir de Arendt é possível compreender que as mulheres dão sentido as relações entre os homens, pois se trata de relações humanas e relações humanas propiciam então a participação da mulher na vida pública como pessoa atuante na política.

Não obstante, ainda estamos na órbita da política, do poder político. Como vimos, por esse viés, o poder identificado com a força, violência e repressão. Trata-se dos meios legítimos, ou pretensamente legítimos de garantir a soberania. Seja numa perspectiva liberal- conservadora ou revolucionária, jurídica, política ou econômica, o lócus, do poder centra-se no Estado como sutileza, (Foucault, 1982, p 6). Contudo é válido refletir no que diz Nisia (1853) a respeito da tão almejada equidade, para ela todos os brasileiros, qualquer que tenha sido o lugar do seu nascimento, têm iguais direitos à feição dos bens distribuídos pelo seu governo, assim como à consideração e ao interesse de seus cidadãos,(Nísia Floresta, 1853).

10. METODOLOGIA E USO DAS FONTES

Diante do cenário em que estamos passando com a Pandemia, obviamente terei dificuldade para usar a metodologia mencionada pelo fato da questão do distanciamento social, então ao fazer as entrevistas, terei que tomar todas as medidas de proteção conforme solicitado pelos órgãos de saúde. Tendo em vista que já foi muito problemático para fazer pesquisas, pois com o isolamento social e com o decreto determinando locking down as bibliotecas e todas as outras fontes de pesquisas em lócus não foram possíveis.

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa exploratória e abordagem qualitativa. O caráter exploratório desta pesquisa vem manifestar-se por entender significações, motivos, aspirações, atitudes e valores. Esse conjunto de dados considerados qualitativos corresponde a um espaço mais profundo das relações, tendo como ponto principal a compreensão da participação e da representação da mulher na política partidária. Esse estudo de dados considerados qualitativos corresponde a um espaço mais profundo das relações, não podendo reduzir os processos e fenômenos à operacionalização de variáveis (Minayo, 2004), tanto a intencionalidade inerente aos atos das pessoas, quanto às reações, estão incorporadas na pesquisa qualitativa, cujo tipo explica os meandros das relações consideradas essenciais e o resultado por meio de vivência e da explicação.

Então, as bibliografias para a abordagem serão as fontes secundárias que apresentam ao pesquisador um contato direto com todo material que foi escrito sobre um determinado assunto, como artigos, teses, dissertações, revistas. Então, a bibliografia oferece meios para definir e resolver, não somente problemas já conhecidos, como também explorar novas áreas, onde os problemas ainda não se cristalizaram suficientemente,(Lakatos,2012)

Método qualitativo tem um caráter exploratório, seu foco está no caráter subjetivo do objeto analisado. A entrevista, afinal é uma troca de olhares. É bem mais do que outras formas de arte

verbal, a história oral é um gênero multivocal, resultado do trabalho comum de uma pluralidade de autores em diálogo (Alessandro Portelle 1997.p.20).

Para a Autora Verena Alberti, a principal característica do documento de história oral não consiste no ineditismo de alguma informação, nem tão pouco no preenchimento de lacunas de que se ressentem os arquivos de documentos históricos ou iconográficos, por exemplo, sua pluralidade e a história oral como um todo decorre de toda uma postura com relação à história e as configurações socioculturais, que privilegia a recuperação do vivido, conforme o concebido por quem viveu, (Alberti, 1990)

Portanto, nesse projeto de pesquisa serão entrevistadas duas mulheres ex-vereadoras, a Sra. Lucia Maria de Lima Araújo, com mandato de 1988-1991 e a Sra. Maria José de Jesus Lima, com mandato de 2000-2004, com o objetivo de entender a participação da mulher no legislativo do município de Barreira- CE. Assim, as duas ex-vereadoras que serão entrevistadas tiveram suas trajetórias pautadas em causas sociais, ambas faziam parte de grupo de mulheres envolvidas na melhoria dos cidadãos barreirenses que viviam precariamente na cidade recém-emancipada. Portanto, acreditaram que entrando para a política poderiam dar uma contribuição maior em suas comunidades. Ainda, para uma maior compreensão da baixa representatividade das mulheres na câmara municipal de Barreira-Ce serão entrevistadas cinco eleitoras de localidades e idades distintas.

Segundo Marconi e Lakatos, (1996), a pesquisa de campo é uma fase realizada após o estudo bibliográfico, para que o pesquisador tenha um bom conhecimento sobre o assunto, é nesta etapa que o pesquisador vai definir os objetivos de pesquisas, as hipóteses, qual é o meio de coletas de dados, tamanho da amostra e como os dados serão trabalhados e analisados. As pesquisas podem ser; quantitativa descritiva, exploratórias e experimentais. As pesquisas padronizadas ou estruturadas utilizam formulários com questões fechadas e o entrevistador não pode alterar a ordem das questões, ou criar novas questões. A pesquisa despadronizada ou não estruturada, os formulários usam questões abertas e o entrevistador tem liberdade de formular novas questões, conduzindo a entrevista. Portanto, pesquisa esta utilizará formulários de entrevistas abertos.

11. CRONOGRAMA (2021)

Atividade	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
Levantamento bibliográfico	X	X	X						
Aprimorar o projeto pós-defesa	X	X							

Aprovação da comissão de ética e pesquisa			X						
Coleta e tratamento de dados			X						
Início das entrevistas				X	X				
Apresentação do trabalho						X			

12. REFERÊNCIAS

AGUIAR, Neuma. Gênero e ciências humanas. **Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos**, 1997.

ARAÚJO, Clara. Partidos políticos e gênero: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política. **Revista de Sociologia e Política**, n. 24, p. 193-215, 2005.

ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de. O voto de saias: a Constituinte de 1934 e a participação das mulheres na política. **Estudos avançados**, v. 17, n. 49, p. 133-150, 2003.

BEZERRA, Marcos Otavio. **Bases sociais da prática da corrupção no Brasil**. Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, 1994.

BRAGA, Ana Carolina Lima. **A recusa da Política em Hannah Arendt**. Universidade Estadual de Londrina, Paraná. Disponível em: http://www.uel.br/eventos/sepech/sumarios/temas/a_recusa_da_politica_em_hannah_arendt.pdf. Acesso em: 03/03/2021.

BRASIL. 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. 2016. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2016 / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro: IBGE, 201, 146 p. - (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica).

BUTLER, Judith. Judith Butler escreve sobre sua teoria de gênero e o ataque sofrido no Brasil. **Folha de São Paulo**, v. 19, n. 11, 2017.

CANDIANI, Heci Regina. Simone de Beauvoir.

COELHO, Wilma Baía; SAMPAIO, Patricia Maria Melo. Entrevista-Nilma Lino Gomes. **Revista História Hoje**, v. 2, n. 3, p. 171-176, 2013.

DE ALENCAR CHAVES, Christine. **Festas da política: uma etnografia da modernidade no sertão (Buritis/MG)**. Relume Dumará, 2003.

DE SOUZA MINAYO, Maria Cecília; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Editora Vozes Limitada, 2011.

- FRIGOTTO, Gaudêncio. A interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas ciências sociais. **Ideação**, v. 10, n. 1, p. 41-62, 2008.
- G. A. A participação da mulher na política brasileira: a lei de cotas. 2008. Monografia (Especialização em Processo Legislativo). **Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento, da Câmara dos Deputados**. Brasília, 2008.
- GASPAR, Lúcia. *Nísia Floresta*. Pesquisa Escolar Online, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>>. Acesso em: 26/02/2021.
- GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2020.
- GROSSI, M. P. Identidade de Gênero e Sexualidade. **Antropologia em Primeira Mão**, n. 24, Florianópolis, PPGAS/UFSC, 1998.
- GROSSI, Miriam Pillar; MIGUEL, SÔNIA. Transformando a diferença: as mulheres na política. **Revista Estudos Feministas**, v. 9, n. 1, p. 167-206, 2001.
- GROSSMANN, L. A.; NUNES, J. B. A. A importância da participação política das mulheres para a construção de uma nova cidadania. **XI Seminário Internacional de 10 Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea**. 07 a 09 de maio de 2014, Santa Cruz do Sul, RS, 2014.
- KUSCHNIR, Karina. Antropologia e política. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 22, n. 64, p. 163-167, 2007.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos da metodologia científica. In: **Fundamentos da metodologia científica**. 2010. p. 320-320.
- MATOS, M. Paradoxos da Incompletude da Cidadania política das Mulheres: novos horizontes para 2010? Em Debate – Opinião Pública e Conjuntura Política, vol. 2, 2010b, p.31-59.
- OLIVEIRA, K. P. A trajetória da mulher na política brasileira: as conquistas e a persistência de barreiras. Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG). 2013.
- PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres / Michelle Perrot*; [tradução Angela M. S. Côrrea]. — São Paulo: Contexto, 2007.
- PORTELLI, Alessandro et al. O que faz a história oral diferente. **Projeto História: Revista do Programa de estudos pós-graduados de História**, v. 14, 1997.
- RODRIGUES, Vera Regina. Mulheres Negras Resistem In. GOMES Arilson dos Santos, PEREIRA Lincon (Org). **Revista Batuko: Arte Cultura, Educação e Igualdade Racial**, 2020 disponível em <http://revistas.unilab.edu.br>> acesso em 12abr2021
- JARDIM, Celi. **feminismo, História e Poder**, 2010.
- RAMOS, Martha. Homem, um animal político: veja o pensamento de Aristóteles. Blog do Enem. Disponível em: <https://blogdoenem.com.br/homem-um-animal-politico-revisar-aristoteles-filosofia-enem/> Acesso em: 17/02/2021.
- SILVA, Antônia. **Entre Gênero e ação política**, 2015.

SAYÃO, Deborah Thomé. Corpo, poder e dominação: um diálogo com Michelle Perrot e Pierre Bourdieu. **Perspectiva**, v. 21, n. 1, p. 121-149, 2003.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & realidade**, v. 20, n. 2, 1995.

SOW, M. M. A participação feminina na construção de um parlamento democrático. E-Legis, n. 5, p. 79-94, 2º semestre de 2010. TSE. **Tribunal Superior Eleitoral**. 2013. Série Inclusão: a conquista do voto feminino no Brasil. Disponível em: Acesso em: 19 jul. 2020.

SUNDRÉ, Lu. “Se o racismo não dá trégua, a luta também não.” **BDF Entrevista Matilde Ribeiro**. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/11/20/se-o-racismo-nao-da-tregua-a-luta-tambem-nao-diz-ex-ministra-da-igualdade-racial> Acesso em: 22/02/2021.

TEIXEIRA, Carla Costa. Honra moderna e política em Max Weber. **Mana**, v. 5, n. 1, p. 109-130, 1999.

TOLEDO, Cláudia Mansani Queda DE; JARDIM, Neymilson Carlos. A baixa representatividade feminina na política. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Uberlândia**, v. 47, n. 2, 2019.

13. ANEXO

ROTEIRO DA ENTREVISTA

- 1) A política é historicamente comprovada como um universo totalmente masculino. Então quais foram os teus maiores desafios a candidatar-se a vereadora no Município?
- 2) Você acredita que poder aquisitivo, família tradicional e a religião de candidatos a vereança contribui para uma eleição se sim por quê?
- 3) O fato de ser mulher teve algum momento que você sentiu algum tipo de discriminação?
- 4) Em uma palavra, qual foi o fator determinante para sua eleição?

- 5) Qual foi a sua plataforma política? Teve repercussão local?
- 6) Sobre sua candidatura, você acredita que teve mais votos de homens ou de mulheres?
- 7) Por que as mulheres sendo a maioria da população, ainda temos pouca representatividade nas câmaras municipais?
- 8) A corrupção é pra você um fator determinante, para os homens serem a maioria no poder legislativo e executivo dos municípios?
- 9) O que levou você a abandonar a política?
- 10) Além de você outra mulher teve seu voto?
- 11) No município de Barreira, há vinte anos nenhuma mulher foi eleita para ocupar uma cadeira na câmara municipal. Em sua opinião a que se deve esse fato?
EXPLIQUE.